

PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Adriana Santos de Vasconcelos

Universidade Norte do Paraná, UNOPAR, Brasil.

<http://orcid.org/0009-0009-0233-5123>

<http://lattes.cnpq.br/5847758030913125>

E-mail: Adriana.adrianavasconcelos@outlook.com

Ademir Soares de Oliveira

Universidade Norte do Paraná, UNOPAR, Brasil.

<http://orcid.org/0009-0003-7585-5898>

<http://lattes.cnpq.br/7601233140896413>

E-mail: Ademiroliver99@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N2-18>

RESUMO: A abordagem do tema é amplamente baseada em pesquisas de autores renomados com o objetivo de desvendar os conceitos de educação física inclusiva e adaptada. Baseado em pesquisa bibliográfica e apresentado de forma argumentativa, este artigo tem como objetivo analisar as expectativas dos alunos em relação à atividade física durante a integração sob a perspectiva da Educação Física Adaptada. No entanto, devido à falta de conscientização das políticas públicas e responsabilidade social, esse tema tão discutido é sempre esquecido, deixando de ser relevante nas escolas, pois são necessários professores qualificados para atender os alunos com deficiência, buscando adequações estruturais e pedagógicas, para que as pessoas com deficiência possam frequentar e permanecer na escola. A Metodologia utilizada está baseada numa revisão de literatura apoiada pelos autores que abordam o tema. Concluiu-se que a Educação Física Adaptada contribui para a formação da criança que apresenta algum tipo de deficiência, é utilizada como fonte de ensino e até hoje podemos atestar que pode ser utilizada para aprendizagem e para a melhoria da criança em todos os aspectos em desenvolvimento. Visa “abrir os olhos” da sociedade para a pedagogia, centrando-se nas necessidades de cada aluno, permitindo aos professores rever a sua própria formação, teorias e referenciais metodológicos, encorajando-os a enfrentar a diversidade da sociedade e as diferenças dos alunos, a buscar uma formação continuada para atender Pessoas com Deficiência (PCD).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física Inclusiva. Educação Física Adaptada. Escola.

PHYSICAL EDUCATION PRACTICES IN THE INCLUSIVE PERSPECTIVE OF PEOPLE WITH PHYSICAL DISABILITIES

ABSTRACT: The approach to the topic is largely based on research by renowned authors with the aim of unraveling the concepts of inclusive and adaptive physical education. Based on bibliographic research and presented in an argumentative way, this article aims to analyze students' expectations regarding physical activity during integration from the perspective of adaptive physical education. However, due to the lack of awareness of public policies and social responsibility, this much discussed topic is always forgotten, ceasing to be relevant in schools, as qualified teachers are needed to serve students with disabilities, seeking structural and pedagogical adaptations, so that people with disabilities can attend and remain in school. The methodology used is based on a literature review supported by the authors who address the theme. It was concluded that Adapted Physical Education contributes to the formation of the

child who has some type of disability, is used as a source of teaching and even today we can attest that it can be used for learning and for the improvement of the child in all aspects of development. It aims to "open the eyes" of society to pedagogy, focusing on the needs of each student, allowing teachers to review their own training, theories and methodological frameworks, encouraging them to face the diversity of society and the differences of students, to seek continuing education to meet people with disabilities (PWD).

KEYWORDS: Inclusive Physical Education. Adapted Physical Education. School.

INTRODUÇÃO

A sociedade deve ser educada para ver as pessoas com deficiência como trabalhadores em potencial, ou simplesmente como pessoas que podem exercer a cidadania e ter vida social. A partir do momento em que as pessoas com deficiência começam a ser mais autônomas, sua autoestima aumenta e seu desenvolvimento cognitivo se expande. Compreende-se que a inclusão se inicia com ações e atos simples, como por exemplo, o ato de ir e vir, estudar ou trabalhar.

Desde a Revolução Francesa, temos visto ideais sociais voltados para a criação de uma sociedade justa, unida e livre, mas apenas nos últimos anos temos visto iniciativas por parte dos governos manifestadas em ações para melhorar a vida das pessoas com deficiência, seja na sociedade de nível médio, seja com políticas de acessibilidade implantadas, mesmo nas escolas ou no mercado de trabalho ainda é precário.

No entanto, a responsabilidade não se limita à conduta dos Estados. Como mencionado anteriormente, o processo de inclusão é social, e todos somos responsáveis pela verdadeira inclusão dessas pessoas da mesma forma. Mas não há dúvida de que a ação sobre inclusão e sua efetivação é bastante difícil e levará tempo, pois envolve não apenas uma política nacional, mas também mudanças nas escolas e na sociedade como um todo.

Os governos têm tomado medidas para mudar essas situações, incluindo leis que incentivam a educação inclusiva, leis que exigem ambientes acessíveis (seja em ambientes públicos ou privados) e leis de cotas que preservam o direito das pessoas com deficiência de entrar no mercado de trabalho.

As vagas para pessoas com algum tipo de deficiência, muitas vezes não são preenchidas, então, em alguns casos, o governo ou o empregador oferece, necessita estudar o cenário para assim verificar uma ação conjunta para haver a inclusão destes indivíduos. O estudo também

teve como objetivo refletir sobre a educação física inclusiva e adaptada como parte integrante do processo educacional, promovendo um desenvolvimento psicomotor satisfatório ao mesmo tempo em que promove a evolução psicossocial.

Altet et al. (2001) ressalta que o papel do professor deve evoluir para enfrentar os desafios sem precedentes colocados pelas mudanças necessárias no sistema educacional. O esporte é pensado para auxiliar no desenvolvimento do indivíduo como um todo, trabalhando seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, o que nos leva a acreditar que o esporte tem um papel fundamental no auxílio à inclusão integral, não apenas na sala de aula, mas também na sociedade. Para abranger todos os alunos, é interessante considerar as diferenças que existem entre os alunos sem demonstrar isso em suas desigualdades.

As diferenças existem e não devem ser negadas, mas compreendidas e respeitadas, considerando que todos são diferentes, e suas diferenças não devem ser exageradas, mas o potencial de cada um como indivíduo e membro de um grupo deve ser resgatado.

Pode-se constatar pelas características da educação física que mesmo com uma dedicação intencional ao desenvolvimento biopsicossocial de cada indivíduo e sabendo que a educação física se baseia no princípio da individualidade biológica, sabe-se também que as diferentes características e limitações de cada indivíduo devem ser respeitados como indivíduos. Portanto, esta revisão de literatura analisa o desempenho dos professores de educação física em escolas inclusivas e as expectativas dos alunos em relação à atividade física durante a inclusão.

Segundo Gil (2006, p. 4) “simplificando, a pesquisa pode ser definida como um procedimento racional, estruturado e sistemático para investigar questões científicas e técnicas definidas e objetivas”. Ou seja, ele acredita que o objetivo básico da pesquisa bibliográfica é “descobrir respostas para perguntas por meio de procedimentos científicos”.

Quanto ao procedimento investigativo, esta revisão realizou um artigo de revisão bibliográfica, com base em informações teóricas, por meio de pesquisa exploratória, extraindo material sobre o tema a partir de material publicado em livros, periódicos, artigos, internet e outras publicações, visando fornecer suporte teórico para este trabalho.

No desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas diversas estratégias que possibilitaram a realização de pesquisas com caráter descritivo, com o objetivo de tornar o

assunto mais familiar, a fim de deixar clara a autoria por meio de citações baseadas principalmente em múltiplos autores do estudo, como Gorgatti e Costa (2005), esclarecendo que o currículo de educação física adaptada assume uma identidade essencialmente educacional/docente. Surgiram outras denominações como: ginástica escolar especial, educação física desenvolvimentista, educação física modificada, educação física especial e educação física adaptada.

BREVES CONSIDERAÇÕES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA NO BRASIL

Historicamente, as origens da participação em atividades físicas por pessoas com deficiência com condições diferenciadas e especiais ocorreram nas modalidades conhecidas como ginástica médica, na China, neste ponto, a cerca de 3 mil anos antes de Cristo (GORGATTI; COSTA, 2005).

Entretanto, é valido resalta que foi a Primeira Guerra Mundial que exerceu um fator de importância e essencial para a utilização de exercícios nas modalidades terapêuticos e atividades recreativas, tais exercícios e atividades auxiliavam na restauração da função dos indivíduos lesionados ou com algum tipo de deficiência (ADAMS, 1985).

Conforme Mazzotta (2003), no final do século XIX até a década de 1930, os programas de Educação Física Adaptada começaram a mudar as atividades físicas orientadas por médicos para a Educação Física focada no movimento, e surgiu um foco holístico nas crianças.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, houve o aumento da procura por centros de convalescença (recuperação que se segue a doença, operação, traumatismo, etc.) e reabilitação de indivíduos lesionados ou com algum tipo de deficiência. Surge a partir disto, a criação de centros de reabilitações, que utilizam jogos e esportes adaptados para amputados, paraplégicos e outros com deficiências como meio de recuperação física e emocionam (ADAMS, 1985).

Assim, a atividade física para deficientes teve início com a reabilitação de jovens feridos em combate, e foi proposta pelo médico (neurologista e neurocirurgião) Ludwig Guttmann, que a considerava uma parte importante do tratamento médico que pode ajudá-los a se recuperar da

deficiência socialmente. Desde então, tem se difundido mundialmente e desempenha papel fundamental na vida de seus praticantes (ADAMS, 1985; ROSADAS, 1989; WINNICK, 2004).

De forma sucinta, Winnick (2004) descreve a Educação Física Adaptada:

A indicação para a Educação Física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou modificadas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física (WINNICK, 2004, p. 12-13).

Conforme a American Association for Health, em 1952, um comitê foi formado para definir as subdisciplinas e desenvolver diretrizes para os profissionais. O comitê define educação física adaptada como um programa diversificado de atividades de desenvolvimento, jogos, movimentos e ritmos adaptados aos interesses, habilidades e limitações de alunos com deficiência que são incapazes de participar com sucesso e segurança das atividades rigorosas do programa geral Educação Física (Committee on Adapted Physical Education, 1952, WINNICK, 2004, p. 10).

Essa definição mostra a crescente diversidade da Educação Física, notadamente incluindo pessoas com deficiência, o que constitui a chamada Educação Física Adaptada.

Da ginástica médica à adoção do primeiro conceito mais claro e consistente de esportes adaptados na década de 1950, muitos programas foram desenvolvidos sob os mais diversos nomes, como: Educação Física Corretiva ou Ginástica Corretiva, Educação Física Preventiva, Educação Física Ortopédica, Educação Física Reabilitativa e Educação Física Terapêutica (GORGATTI; COSTA, 2005).

As mudanças de nomenclatura refletem o foco contínuo de profissionais e pesquisadores em atribuir identidades atualizadas e adequadamente contextualizadas à Educação Física Adaptada.

Corroborando com a temática, Gorgatti e Costa (2005, p. 03), explica que pelo fato dos programas de educação física adaptada terem uma identidade essencialmente educacional/pedagógica, surgiram outras denominações como educação física desenvolvimentista, ginástica escolar especial, educação física modificada, educação física especial e educação física adaptada.

De certa forma, o caminho que a educação física tem trilhado é proporcionar atividade física para quem tem algum tipo de deficiência, mas nada foi criado para aumentar o respeito ao “ser” e o igual direito à dignidade” e suas competências e habilidades adquiridas.

Gorgatti e Costa (2005) defendem que a distinção básica entre desporto especial e adaptado tem a ver com a composição do grupo e com as limitações que impedem os alunos com deficiência de participarem de forma irrestrita, segura e bem-sucedida no programa de atividade desportiva ativa. Assim, são necessárias alterações ou ajustes de metas, objetivos ou instruções.

Portanto, é nossa responsabilidade esclarecer o que é Educação Física Adaptada e seus objetivos. Entende-se, sente-se e vê-se que ainda há muito para construir e vivenciar na atualidade, mas a interiorização do facto do ser humano ter deficiências de qualquer tipo é concebida e claramente vista como responsabilidade e dever de “todos”, de forma alegre proporcionando a sensação de coexistência de “oportunidades” e possibilidades iguais que se estabelecem à medida que as escolas se integram em universos que antes não eram seus.

EDUCAÇÃO FÍSICA: EDUCAÇÃO E SUAS DIFERENÇAS

O respeito àqueles que se desviam das normas normais da sociedade tem sido amplamente discutido, especialmente no Brasil, dadas as práticas democratizantes promovidas pela legislação brasileira. Além disso, a educação é um direito adquirido da criança brasileira, independentemente de sua condição social, física ou mental. Várias escolas no Brasil incentivam as iniciativas de inclusão escolar, desde a educação infantil até o ensino superior.

Também é importante notar que a educação inclusiva depende não apenas da capacidade do sistema escolar (diretores, professores, pais e outros), mas também do desejo de garantir que nenhum aluno seja excluído por causa das Necessidade Educacional Especial (NEE), respeitando suas às diferenças, sendo está a principal característica que abre os olhos da sociedade (MANTOAN, 2003).

TIPOS DE DEFICIÊNCIAS MAIS PRESENTES NO CAMPO EDUCACIONAL

Entende-se que, ao longo dos tempos, variaram muito os critérios qualitativos (tipo de características) e quantitativos (grau de diferença) que definem os indivíduos como excepcionais, como indivíduos que se desviam dos critérios normais a ponto de necessitar ou justificar cuidados especiais.

No Brasil, de acordo com a definição oficial vigente, serão exceções os deficientes visuais (cegos/parcialmente cegos), deficientes auditivos (surdos/parcialmente surdos), deficientes físicos (não sensoriais), alunos com deficiência mental, intelectualmente educado hoje/ treinável, dependente), distúrbios comportamentais e indivíduos superdotados que requerem consideração especial em casa, escola e comunidade (FERREIRA, 1995).

Quando se ouve falar em inclusão social nas escolas, não devemos pensar apenas na inclusão de alunos com necessidades especiais, mas em uma ideia voltada para uma sociedade inclusiva, abrangendo todo cidadão, seja ele físico, auditivo, mental, pobre, índio, negro e aqueles com diferenças culturais, sociais e econômicas (BARBOSA, 2003).

LEIS QUE ASSEGURAM O DIREITO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A partir da segregação, exclusão e inclusão de pessoas com deficiência na educação, surgem muitos movimentos em defesa desse direito. No entanto, vemos esse processo começando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Mas vale acrescentar que é da Declaração de Salamanca, que recomendou as diretrizes da Educação para Todos, sobre escolas inclusivas.

Barbosa (2003) diz que desde a Declaração de Cuenca (1981), Recomendações para remover quaisquer barreiras físicas e atitudinais em relação às pessoas com necessidades especiais (PNEE). Da mesma forma a Declaração de Sunderberg (1981) declara que o Governo é parte importante de todos os projetos urbanísticos, ambientais e de urbanização devem ser concebidos com vista a promover a inclusão e participação das pessoas com deficiência em todas as atividades comunitárias, especialmente as relacionadas com a educação e a cultura.

As ações que ocorrem em cada momento histórico se refletem no processo educacional, de modo que as escolas inclusivas refletirão sociedades inclusivas. O cuidado, a integração, o reconhecimento das relações com as pessoas com necessidades especiais é uma tarefa restrita

às famílias ou instituições dedicadas a esta problemática, mas agora este papel também cabe às escolas.

Segundo Freitas (1996), as estatísticas da educação do governo federal mostram que com o aumento da matrícula de alunos com deficiências físicas e intelectuais na educação formal, as pessoas começaram a perceber que a inclusão fazia parte de um grande movimento para melhorar a educação, a qualidade do ensino, a qualidade de vida. A educação inclusiva terá um impacto na sociedade, transformando-a numa sociedade para todos.

Os governos de muitos países promulgaram leis sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino público e levaram ao entendimento da necessidade de esclarecer a interface entre educação inclusiva e integral, pois todos têm o direito reconhecido a uma educação de qualidade, quando esse direito é garantido por lei, fica mais fácil conectar com o tema educação.

No Brasil em especial temos a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, que trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Definido por tipo de ensino, preferencialmente destinado a pessoas com necessidades educativas especiais na rede de ensino formal (BRASIL, 1996).

A LDB/96 oferece esperança e alento às escolas para alunos com necessidades especiais e define o poder público como o responsável pela educação das pessoas com deficiência, responsável pela organização de escolas que ofereçam matrícula, material didático, acessibilidade e professores qualificados. Auxiliar os alunos e fornecer apoio e assistência quando necessário.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PAPEL DA ESCOLA

A educação de pessoas com necessidades educativas especiais permite ao professor rever a sua própria formação, os referenciais teóricos dos seus métodos, encoraja-o a confrontar-se com a diversidade da sociedade e as diferenças dos alunos, procura a formação contínua e, sobretudo, transforma a cultura docente (FREITAS, 1996).

Existem escolas que não estão atendendo os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE's) e se justificam pela falta de preparo dos seus professores. Para que ocorra

a inclusão segundo Kauchakje (2000, p. 207) o processo envolve “[...] lutas sociais, mudança de mentalidades e valores, inscrição em leis e legislação social e finalmente, planejamento e implementação de políticas públicas”.

Quanto à formação de professores, é importante notar que eles têm direito à formação profissional, pois aceitam alunos com necessidades específicas diversas, como a Paralisia Cerebral, Distúrbios Abrangentes de Desenvolvimento e Deficiência Mental (hoje intelectual), surdez, cegueira, entre outros (LIMA, 2006).

É direito dos alunos com necessidades especiais das escolas comuns se integrarem à sociedade, sendo responsabilidade e obrigação do poder público cumprir esta lei (LDB nº 9.394/96). Assim, as escolas ocupam um lugar de destaque nesta caminhada rumo à educação inclusiva, pois cada uma procura de forma integrada promover um ensino de qualidade a todos os clientes que ocupam o seu espaço educativo. As escolas têm o dever e o direito civil previstos na lei de acolher e preparar todas as crianças e jovens, independentemente das características de cada um.

Articular os temas educação e inclusão torna-se uma tarefa necessária à medida que as sociedades e os sistemas escolares buscam formas de garantir que todos cumpram seus direitos e deveres constitucionais, que incluem uma educação de qualidade ideal. Nessa perspectiva, a reflexão sobre a prática educativa é imprescindível, diante dos desafios que enfrentamos na educação brasileira, diante da necessidade das escolas buscarem atender às necessidades educacionais especiais dos alunos (FREITAS, 1996).

As escolas devem superar as barreiras que impedem os alunos com necessidades especiais de frequentar as aulas, remover as barreiras arquitetônicas com a adaptação de banheiros, a construção de rampas de acesso e as barreiras de atitude para dar acesso a todos, mostrando que o aprendizado é possível para alunos com deficiência e que eles podem, em última instância, superar suas limitações, adaptar o currículo para que os professores trabalhem satisfatoriamente ao longo do processo também requer uma mudança no paradigma educacional, uma mudança na forma de ver o mundo, de uma visão de imposição de limitações para uma visão de realização e possibilidade de sucesso (FERREIRA, 1995).

O caminho seguro é, portanto, promover práticas pedagógicas pautadas no diálogo reflexivo que visem a conscientização de todos sobre o respeito à diversidade e à condição de

deficiência, aliadas a práticas de atividade física que facilitem e oportunizem a inclusão no mundo escolar.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA: CONCEITOS E NOÇÕES

A educação física desempenha um papel importante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente dos alunos com algum tipo de deficiência, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento motor, quanto ao desenvolvimento intelectual, social e emocional.

Falando em educação física adaptada, temos uma área do conhecimento que nos vem à mente que discute os aspectos biopsicossociais de pessoas consideradas com limitações de movimento: pessoas com deficiência física, deficiência sensorial (visual e auditiva), deficiência múltipla e deficiência intelectual. Na Educação Física Adaptada busca tratar os alunos sem desigualdade, visando alcançar a inclusão por meio da possibilidade de atividades que aumentem a autoestima e a autoconfiança.

As atividades oferecidas pela Educação Física Adaptada devem ser direcionadas aos alunos com deficiência, respeitando sempre as suas diferenças individuais e visando proporcionar a esses indivíduos um desenvolvimento global que lhes permita não só realizar suas potencialidades, mas também integrá-los à sociedade (DUARTE; LIMA 2003).

Quanto a esse conceito, segundo Rosadas (1994, p. 05), educação física adaptada “é a educação física aplicada em condições especiais, para grupos especiais de pessoas que necessitam de estimulação especial para o desenvolvimento motor e funcional”.

Para Barbanti (1994), a educação física adaptada também pode ser conceituada como a educação que envolve modificar ou adaptar atividades físicas tradicionais para permitir que crianças com deficiência participem com segurança de acordo com suas habilidades funcionais.

A educação física adaptada é valorizada e enfatizada como uma das condições para o desenvolvimento motor, intelectual, social e emocional das pessoas, sendo geralmente considerada como atividades que se adaptam às capacidades de cada indivíduo, respeitam suas diferenças e limitações, proporcionando uma visão holística do desenvolvimento de pessoas com deficiência, melhorando sua qualidade de vida.

A educação física adaptada é aquela parte da educação física voltada para a pesquisa e intervenção profissional de pessoas com condições diferenciadas e específicas para a prática de atividade física. Seu foco é desenvolver a cultura corporal do esporte por meio de atividades como: ginástica, dança, jogos e esportes, contendo conteúdo de qualquer programa de atividade física, considerando sempre o potencial de desenvolvimento do indivíduo, e não a deficiência em si (GORGATTI; COSTA, 2005).

Gorla (1997), descreve que os objetivos citados na educação física adaptada são um programa de atividades destinadas a atingir determinados objetivos de acordo com a idade cronológica e o nível de desenvolvimento do indivíduo, visando melhorar o desempenho atlético, o crescimento e a saúde. Portanto, a prática da educação física é “direito de todos e seus programas devem priorizar os grupos menos favorecidos da sociedade” (ROSADAS, 1994, p. 06).

EDUCAÇÃO FÍSICA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

À medida que o processo de aprendizagem do aluno se desenvolve, a formação do profissional de educação física é fundamental para o seu desempenho. Pode-se dizer que a formação profissional é, antes de mais nada, “da responsabilidade das universidades, cuja função é a formação de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais” (PELLEGRINI, 1988, p. 250).

Como todos sabemos, a aquisição do conhecimento desportivo deve ser um conhecimento científico e prático, e deve ser baseado nas três dimensões de atitude, conceito e procedimento, que ajudarão a formar uma profissão reflexiva. “Professores reflexivos são capazes de analisar sua própria prática, resolver problemas, inventar estratégias e contar com as contribuições de profissionais e pesquisadores” (ALTET et al., 2001, p. 26).

Altet et al. (2001) ressalta que o papel do professor deve evoluir para enfrentar os desafios sem precedentes colocados pelas mudanças necessárias no sistema educacional. São as mudanças características associadas à construção de programas educacionais que possibilitam essa evolução no desempenho profissional.

Podemos pensar que a formação acadêmica requer mais do que conhecimento científico, afinal estamos falando de educação física, esportes, e não podemos deixar de mencionar que o conhecimento prático é a base de uma boa formação acadêmica. Isso não significa que os professores não precisam de teoria. O que os professores não querem é uma teoria que só fala de outras teorias.

A questão é se a teoria do pesquisador está dizendo algo significativo além da teoria. Um professor recém-formado, além da experiência extracurricular e do diploma, pode ser considerado um acadêmico sem experiência. É essa falta de conhecimento estratégico que nos remete à formação acadêmica (CHARLOT, 2002, p. 95).

Assim, Carbonneau e Héteu (2001, p. 72) em sua experiência, tendem a demonstrar que na mentoria, a dificuldade não é tanto explicada pela falta de um plano de ação, mas pela disponibilidade limitada de um plano de ação devido a um campo estreito de compreensão de um cenário para outro ou escolha a solução apropriada.

As universidades, geralmente em seus cursos, não criam situações “problemáticas” para estimular a criação de conhecimento, nem criam estratégias para resolvê-los. As soluções muitas vezes são disfarçadas de conselhos. Embora não muito claro, acredita-se que, para Altet et al. (2001) e Tardif (2003), o que um professor deve possuir conhecimento, habilidade e postura. Portanto, esse conhecimento deve ser aprendido na universidade.

É duvidoso que essa responsabilidade seja cumprida. As universidades estão realmente interessadas em formar professores profissionais capazes de atuar independentemente do ambiente problemático do cotidiano educacional, ou estão apenas preocupadas em encaminhar os egressos para o mercado de trabalho, o que, como argumenta Tardif (2003), é atuar sem conhecimento sólido em uma indústria regulamentada.

Tardif (2003, p. 248) também afirma que “embora a expertise possa ser baseada em disciplinas científicas, ela é modelada e projetada para resolver problemas específicos”. Com esta afirmação, passamos à próxima questão, que é saber o que os professores adquirem na sua formação acadêmica pode responder a estas questões específicas?

A educação física adaptada é formalmente introduzida no currículo de graduação por meio da resolução do Conselho Federal de Educação 03/87 a partir do início da década de 1990 com a resolução 03/87” (PEDRINELLI; VERENGUER, 2004, p. 14). Assim, a vemos como

uma disciplina um tanto nova, o que é um dos motivos pelos quais muitos professores de Educação Física que atuam nas escolas não recebem conteúdos e/ou disciplinas relacionadas à Educação Física Adaptada em sua formação (AGUIAR; DUARTE, 2005).

O esporte é pensado para auxiliar no desenvolvimento do indivíduo como um todo, trabalhando seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, o que nos leva a acreditar que o esporte tem um papel fundamental no auxílio à inclusão integral, não apenas na sala de aula, mas também na sociedade. Para abranger todos os alunos, é interessante considerar as diferenças que existem entre os alunos sem demonstrar isso em suas desigualdades. As diferenças existem e não devem ser negadas, mas compreendidas e respeitadas porque todos são diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão bibliográfica destaca a importância da educação física inclusiva e adaptada como um direito que as pessoas com deficiência possuem, pois lutaram desde o primeiro ano de vida da criança. Observou-se também a importância de conscientizar os profissionais de educação física sobre isso, pois eles precisam estimular e sugerir atividades que motivem o movimento físico durante todo o processo de aprendizagem, empoderar os alunos e fazer recomendações para reflexão sobre o tema.

Considere o trabalho baseado em brincadeiras e a construção de conhecimento adaptado à medida que as crianças se envolvem em atividades para formular objetivos, perceber e explorar diferentes estímulos, antecipar resultados, formular hipóteses e desenvolver estratégias para possíveis soluções de problemas.

Os autores citados no referencial teórico lançam luz sobre o impacto da educação inclusiva e adaptada no desenvolvimento infantil e acreditam que para os educadores é uma forma de tornarem suas aulas mais dinâmicas e prazerosas, fazendo com que outro, a parte envolvida, a criança, aprenda relacionar-se com seu meio social por meio de atividades.

REFERENCIAS

VASCONCELOS, A. S.; OLIVEIRA, A. S. Práticas da educação física na perspectiva inclusiva de pessoas com deficiência física. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 2, n. 2, p. 260-274, abr./jun. 2023. ISSN: 2965-0003.



ADAMS, R; DANIEL, A; Mc CUBBIN, J. **Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico**. Trad. de Ângela Marx. 3.ed. São Paulo: Manole, 1985.

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. **Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 11, n. 02, p. 233-240, maio/ ago. 2005. doi: 10.1590/S1413-65382005000200005.

ALTET, M.; CHARLIER, É.; PAQUAY, L.; PERRENOUD, P. **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?**. Trad. Fatima Murad e Eunice Gruman. 2.ed. Porto Alegre: Artimed editora, 2001.

BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte**. São Paulo, Manole, p.129. 1994.

BARBOSA, M. M. **O acesso ao ensino como mecanismo de inclusão social: O caso das Faculdades integradas da Associação Educativa Evangélica em Anápolis**. Dissertação de Mestrado. Universidade de La Habana Cuba, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

CARBONNEAU, M.; HÉTEU, J. C. **Formação Prática dos Professores e nascimento de uma influência profissional**. 2001.

CHARLOT. **Formação de professores: a pesquisa e a política educacional**. In: Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DUARTE, E.; LIMA, S. T. **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. Piracicaba: UNIMEP, 1995

FREITAS, S. N. **Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa**. In: Inclusão Revista da Educação especial – ano 2, n. 03, dezembro, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada**. Barueri - Sp: Manole, 2005.

GORLA, J. I. **Educação Física Especial: Testes**. Rolândia-Pr: Physical-Fisio, 1997.

KAUCHAKJE, S. **Inclusão: uma perspectiva social e da conquista dos direitos**. Mobilidade, comunicação e educação: desafios à acessibilidade. v. 1, n.3, Rio de Janeiro, agosto 2000.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. **Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades**. In: M. Greguol, (Ed.) Atividade Física Adaptada. São Paulo: Manole. 2004.

PELLEGRINI, A. M. **A formação profissional em educação física**. In: Educação física na universidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação física e desportos, 1988.

ROSADAS, S. C. **Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente**. Eu posso. Vocês duvidam? Rio de Janeiro / São Paulo: Atheneu, 1989.

ROSADAS, S. C. **Educação Física e Prática Pedagógica**: portadores de deficiência mental. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1994.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

WINNICK. J. P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.

Data de submissão: 20/05/2023. Data de aceite: 22/05/2023. Data de publicação: 29/05/2023.